

# Fome dos que comem

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da UnB e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação



Há duas fomes no Brasil de hoje: a fome de comida, que maltrata e mata, e a fome da moral, dos que assistem à tragédia sem indignação com o sofrimento dos outros, nem inteligência para perceber o custo social e econômico para todo o país.

Assistimos constrangidos aos 33,1 milhões de brasileiros dormindo, acordando e sobrevivendo sem se ter o que comer, ao mesmo tempo que sabemos que essa fome não decorre da escassez de alimentos no país. Nosso território não é desértico, não estamos vivendo uma guerra, não fomos invadidos. É vergonhoso que a fome ocorra num país que está entre os maiores exportadores do mundo, onde o agronegócio produz safras recordes sucessivas, em que os supermercados estão sempre abastecidos, e a televisão divulga dezenas de publicidades para vender comida e apresenta horas por dia de programas realities com concursos, lições e turismo de gastronomia.

Alguns países, mais populosos, também têm contingentes de famintos, mas nenhum deles tem tanta comida disponível, tanta propaganda de alimento, nem tanta apologia à gastronomia ao lado dos noticiários da fome na televisão. A fome de alguns não vem, também, da disputa pela comida que é suficiente para alimentar muitos brasis; a falta de educação também não decorre da necessidade de negar a educação a alguns para oferecer a outros. Ambas as fomes, de comida

e de educação, são resultado da maldade, da insensibilidade e da estupidez.

A fome africana ocorre por falta de comida no país, a fome brasileira é por falta de acesso dos famintos à comida que existe disponível ao redor. Nossa vergonha vem da falta de solidariedade com os que passam fome e de competência para levar a comida de onde sobra para onde falta. A fome é causada pela insensibilidade social e por prioridades equivocadas na política. Nossa vergonha vem da banalidade de como vivemos em um mesmo país com falta para alguns e com excesso de comida para outros. Há um constrangimento pelas notícias da fome e vergonha por não termos justificativa para que ela ocorra. A única explicação está na indiferença diante dela e na incompetência para evitá-la.

Se o faminto contaminasse as pessoas alimentadas, como o vírus faz ao passar de um indivíduo doente para um saudável, certamente já teríamos aplicado a vacina disponível: garantindo acesso de todos à comida que sobra, construindo uma economia dinâmica para gerar emprego, assegurando renda suficiente ou simplesmente distribuindo comida diretamente a quem precisa. O mesmo acontece com o analfabetismo: se os cerca de 13 milhões de adultos analfabetos contaminassem aqueles que já aprenderam a ler, rapidamente surgiria a vacina: escola para todos desde a primeira infância e programas para a erradicação entre os adultos.

As fomes brasileiras, de comida e de educação, são resultado da insensibilidade daqueles que comem em relação aos que não comem e dos educados diante dos que não sabem ler. Insensibilidade e estupidez, porque o Brasil seria muito mais rico, mais belo e melhor para viver se não houvesse fome e se todos fossem satisfatoriamente educados. Alimentar os 33 milhões que passam fome não apenas reduziria o sofrimento dessas pessoas e suas famílias, mas melhoraria imediatamente a vida de todos nós, sem a vergonha que sentimos, e beneficiaria a todos com o trabalho produtivo dessas pessoas.

Da mesma forma, a educação de todos não apenas daria nova vida a esses analfabetos, mas também elevaria a produtividade do trabalhador brasileiro, a renda social, a riqueza de todos. A fome e o analfabetismo são prova de insensibilidade, mas também de estupidez nacional, porque atingem diretamente os que não comem e não sabem ler, mas também indiretamente os que comem e os instruídos. A fome está no estômago de quem não tem comida, mas também no coração e na mente dos que comem, especialmente aqueles que têm poder para mudar a realidade, criar mecanismos para que o excesso chegue aos que têm escassez de comida. Mas para que isso ocorra é preciso matar a fome dos que comem: fome de indignação e de inteligência.

## Geopolítica, indústria e meio ambiente

» JOAQUIM LEITE

Ministro do Meio Ambiente

Durante as viagens internacionais para OCDE, em Paris, Estocolmo+50 e Conferência dos Oceanos, em Lisboa, participei de diversas reuniões bilaterais sobre meio ambiente. Em todas elas, a demanda por ações climáticas reais, globais e efetivas foi reafirmada por todos os países ocidentais, na busca por uma transição justa, rumo a uma nova economia verde e que funcione para todas as pessoas.

No encontro da Cúpula das Américas, realizado em Los Angeles (EUA), os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, e dos Estados Unidos, Joe Biden, alinharam os interesses em caminhar para fortalecer Américas sustentáveis e economicamente mais integradas.

Na busca por segurança alimentar e energética, Estados Unidos e países da Europa estão abrindo mão de áreas protegidas, com florestas para a produção de alimentos e para a exploração de carvão mineral. Aumentaram também o uso de combustível fóssil na geração de energia, caminhando assim na direção contrária às metas ambientais já acordadas.

As cadeias de suprimento globais estão diante de uma necessária transformação. A pandemia e o lockdown severo na Ásia e o atual conflito no Leste Europeu, que expõe uma instabilidade geopolítica à região e que deve perdurar por um longo período, levam à busca de um novo arranjo, integrando novos parceiros.

Para compensar negócios perdidos, as cadeias ocidentais estão olhando para a América Latina,

especialmente para o Brasil. Nenhum país da região tem tamanho, escala, tecnologia, mão de obra e potencial de crescimento econômico como o nosso, além da segurança alimentar e energética limpa que conseguimos oferecer.

O Brasil foi pioneiro na transição elétrica, com índice atual de 85% de energia renovável, oriunda de diversas fontes, como hidráulica, biomassa, eólicas, solar, entre outras. Além disso, temos um enorme potencial de produção excedente de energia, especialmente eólica no mar, cujo potencial é da ordem de 700 GW, equivalente a quatro vezes a nossa atual capacidade instalada, e com um dos menores custos de produção do mundo. Essa energia poderá produzir hidrogênio e amônia verdes para exportação. Outros países com potencial de geração eólica não têm a transição elétrica já realizada, limitando assim sua capacidade de exportação.

Dois blocos já estão se formando: de um lado, a Ásia com países industrializados à base de energia e combustível altamente poluentes e fornecedores de produtos industrializados baratos, atrelados a uma expressiva pegada de emissões de carbono e baixa responsabilidade social e ambiental. Do outro, uma cadeia de suprimento comprometida com uma política industrial neutra em emissões de carbono, fornecedora de produtos verdes, somada a um importante potencial de transformação social e ambiental, atrelada comercialmente à União Europeia e Estados Unidos. Um bloco cinza versus um bloco verde.

Nesse novo jogo geopolítico, industrial e ambiental, o Brasil se destaca como parte importantíssima das soluções mundiais, que irão do fornecimento de combustível totalmente limpo, como hidrogênio e amônia verdes, ao de produtos industrializados com uma das menores de emissões do mundo. Tudo isso atrelado à conservação florestal e com impacto social positivo. Nosso objetivo sempre foi, e sempre será, encontrar reais soluções ambientais, globais e lucrativas que corroborem para uma transição justa, rumo a economias neutras em emissões e que funcionem para as pessoas e para a natureza.

O governo federal está desenvolvendo um Programa de Industrialização Verde, por meio do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e o Crescimento Verde (CIMV), composto por 10 ministérios e lançado pelo presidente Jair Bolsonaro no ano passado. Os objetivos do CIMV são reduzir as emissões de carbono e promover a conservação de florestas, o uso racional de recursos naturais, a geração de emprego verde com incentivos econômicos e a transformação institucional, além de estabelecer as políticas de priorização.

Diante do especial interesse da Europa e dos Estados Unidos em fortalecer novas cadeias sustentáveis de suprimentos e da necessidade de oferecer segurança energética, o Brasil se destaca pela ampla capacidade de exportar energia totalmente limpa baseada em eólicas offshore, hidrogênio e amônia verdes. Surge, literalmente, um mar de oportunidades para o crescimento verde de nosso país.

## Igualdade de direitos para pessoas LGBTQIA+

» ADRIANE REIS DE ARAÚJO  
» MELÍCIA ALVES DE CARVALHO MESEL  
Coordenadoras da Coordenadoria de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do Ministério Público do Trabalho

O dia 28 de junho relembra a Revolta de Stonewall Inn, considerada como o marco zero do movimento de luta contra o preconceito em razão da orientação sexual e pela igualdade civil da população LGBTQIA+.

Ao longo de 53 anos, foram muitas conquistas no Brasil, como a retirada do homossexualismo da lista de transtornos mentais pelo Conselho Federal de Medicina (1985), o direito à cirurgia de redesignação de sexo (2008), o direito de união homoafetiva (2011) e a criminalização da LGBtFobia (2019).

Em normas estaduais e municipais, há punições a práticas discriminatórias contra esse grupo, entretanto, persiste a omissão na proteção de direitos na legislação ordinária federal, com a lentidão no processo legislativo. Neste ano, o IBGE divulgou a primeira pesquisa sobre o perfil das pessoas LGBTQIA+ (PNS), por meio da qual se vê que 2,9 milhões de pessoas com mais de 18 anos se declararam homossexuais ou bissexuais, o que corresponde a 1,9% das pessoas entrevistadas. O número daqueles que se recusaram a responder à pesquisa impressiona: 3,2%, o que totaliza 3,6 milhões de pessoas. A recusa em responder à pergunta sobre orientação sexual pode ser resultado da insegurança em se autoidentificar com orientação diversa da heteronormativa, medo, contexto sociocultural, desconfiança com o uso da informação ou mesmo a indefinição quanto a sua orientação sexual.

A pesquisa do IBGE retrata a vivência LGBTQIA+ em nosso país e contribui para ver de forma crítica certas ações dos órgãos públicos. Permite questionar a razão pela qual 11 estados brasileiros omitem dados sobre o crime de LGBtFobia (Transgender Europe — 2021), enquanto o país ocupa a liderança mundial em homicídios de pessoas trans, com o alarmante número de 4.042 nos últimos 13 anos.

Este ano, no Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, pronunciou-se contra práticas profundamente prejudiciais e humilhantes, como as chamadas terapias de “conversão”, intervenções cirúrgicas, tratamentos forçados e inspeções físicas degradantes contra esse grupo. Guterres destacou, ainda, que enfrentar a desigualdade, garantindo direitos iguais para todas as pessoas, são os pilares da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, pedindo, assim, ampla cooperação “por um mundo inclusivo onde todos possam viver livres e iguais em dignidade e direitos, não importa quem sejam, onde vivam ou quem amem”.

Em 2011, foi aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU a Resolução 17/19, por meio da qual se estabeleceu que os países membros devem tratar qualquer violação aos direitos fundamentais, em razão de orientação sexual e identidade de gênero, como violação aos direitos humanos, devendo intervir. O Brasil foi um dos países que aprovou a resolução.

As Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos (Decreto nº 9.571/2018) estabelecem a responsabilidade das empresas com o respeito aos direitos humanos, prevendo mecanismos de reparação e remediação para as vítimas. Dentre outras ações, prevê que “competem às empresas garantir condições decentes de trabalho, por meio de ambiente produtivo, com remuneração adequada, em condições de liberdade, equidade e segurança”.

O combate à discriminação e a luta pela garantia de direitos e de igualdade de oportunidades são metas de atuação prioritária do Ministério Público do Trabalho (MPT), que apoia ações empresariais voltadas à empregabilidade de pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, o MPT tem fomentado projetos específicos de capacitação profissional, como o projeto Cozinha e Voz, a fim de facilitar o acesso de pessoas trans ao mercado de trabalho. O projeto se iniciou em São Paulo (2020), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando ao mundo da gastronomia.

Na versão inicial, contou com a participação da chef de cozinha Paola Carosella e da atriz Elisa Lucinda, capacitando mais de 300 pessoas em dois anos. Atualmente abrange diversas cidades do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Rondônia e Distrito Federal.